

Semana Social na Diocese no Porto

Reforma do Estado Social deve pelo reforço das organizações

O economista Américo Mendes considera que a reforma do Estado Social em Portugal deve passar pelo «reforço» das organizações de economia social.

Para o diretor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa – Porto (UCP-Porto) que participa na Semana Social, a decorrer na cidade portuense (Casa de Vilar) até hoje, realça também que o Estado deve «aproveitar, melhorar e reforçar» estas organizações e incentivar «a cooperação entre elas».

Esta iniciativa, com o tema “Estado Social e Sociedade Solidária” congrega mais de 300 participantes.

Américo Mendes refere que o Estado deve promover uma «maior participação cívica nas políticas públicas, a começar pelas políticas sociais, tornando-as menos centralistas».

«Não se deve continuar a financiar o Estado Social e o resto das atividades do Estado repousando, principalmente, em impostos sobre o rendimento do trabalho», acentuou o economista que participou num painel sobre «Reformular o Estado Social: novos riscos sociais, sustentabilidade e justiça».

O «aumento dos impostos sobre as transações financeiras» e sobre os «rendimentos de capital» são medidas defendidas por Américo Mendes que acentua: «É preciso pôr muita ordem no setor das offshores».

O presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d'Oliveira Martins, lamentou, que a «idolatria do mercado» e as



Semana Social, que termina hoje, congrega mais de 300 participantes

«economias de casino» tivessem tomado o lugar da «criação, trabalho e esforço».

Na conferência sobre “A Reforma do Estado Social e a Doutrina Social da Igreja”, Guilherme d'Oliveira Martins sublinhou que a circulação do «capital financeiro» gerou a ideia de que a «afluência de dinheiro, mesmo ilusória, poderia ser confundida com a geração de riqueza duradoura».

Alertou que a Doutrina Social da Igreja (DSI), mais do que um «conjunto de princípios», ela é um «pôr em prática, um apelo permanente ao inconformismo e à realização de uma sociedade assente no bem comum e na dignidade das pessoas».

No entanto – reconheceu o orador – o «crédito fácil tor-

nou-se uma perigosa armadilha, em que muitos caíram, julgando que o dinheiro barato era um adquirido definitivamente».

Para Guilherme d'Oliveira Martins, falar de um «sentido ético» da economia é, no fundo, «pô-la ao serviço das pessoas e compreender que o respeito mútuo e a salvaguarda da liberdade, da igualdade

e da solidariedade» são essenciais para «defender um sentido pessoal e comunitário da vida».

No penúltimo dia da Semana Social participou também o monge da comunidade monástica italiana de Bose, Lu-

ciano Manicardi, que afirmou que a fome, a falta de abrigo e de trabalho, «não toleram esperas».

Na sua intervenção sobre “A caridade, essência do ser Igreja”, Luciano Manicardi sublinhou que a conversão das consciências deve passar, antes de mais, através de um «obra sensível ou seja atuado com os sentidos humano

Ver o pobre, reconhecer sua necessidade, prover po que não há tempo».

Para este monge italiano «precário panorama social e económico», os cristãos devem lembrar-se «que é urgente assumir a carid-

Economista Américo Mendes defende que o Estado deve promover uma maior participação cívica nas políticas públicas

passar



de da razão» e acrescenta: «É importante recordar as razões da caridade, mas urge sobretudo instaurar a caridade da razão».

Os «dias maus» – continuou Luciano Manicardi – pedem «a restauração da gramática básica da atenção ao outro, a defesa da centralidade da pessoa necessitada, sem voz, sem poder, sem visibilidade e redescoberta da urgência da caridade».

Em relação à «caridade da razão», o monge daquela comunidade monástica exorta para que a «razão política seja enxertada na caridade» e que esta não seja apenas «sentimento ou vaga de piedade» porque «caridade é sentido do outro e por isso dos seus direitos enquanto ser humano».

Reforma do Estado Social deve passar pelo reforço das organizações

